

pão e cravos

Jornal de Jovens do Bloco
nº13, março/abril 2019



25 DE ABRIL 45 Anos de Revolução

Leonor Rosas

Cooperativas
de Habitação Estudantil
Fernando Pimenta

Mentes Dóceis: Saúde Mental
e Subalternidade
Ana Martins

Este País (ainda)
não é para Negros
Catarina Ramalho

O Nevoeiro Imprevisível
do Brexit
Francisco Pascoal



ÍNDICE

página 3 // 45 Anos de Revolução *Leonor Rosas*
página 4 // Cooperativas de Habitação Estudantil
Fernando Pimenta
página 5 // Mentos Dóceis: Saúde Mental e
Subalternidade *Ana Martins*
página 7 // Este País (ainda) não é para Negros
Catarina Ramalho

página 8 // O Nevoeiro Imprevisível do Brexit
Francisco Pascoal
página 9 // *La Otra Mirada* Crítica de Mafalda
Escada
página 10 // Breves
página 11 // Agenda

EDITORIAL

O mandato da Coordenadora de Jovens do Bloco de Esquerda (CNJ) está prestes a acabar e muito mudou nos últimos dois anos, no que ao ativismo diz respeito.

Muitas das lutas que ativistas iniciaram e em que se engajaram durante anos deram finalmente frutos. Salientamos, por isso, a descida da propina máxima em 212 euros, o acesso gratuito a manuais escolares até ao 12º ano, a legalização da canábis para fins medicinais, o direito à autodeterminação de género no registo civil, um novo regime contributivo que penaliza o uso abusivo de recibos verdes pelos patrões e alivia quem trabalha. Muito fica por assinalar e muito há, ainda, por conquistar.

É incontornável, no ano de 2019, o esforço de feministas em todo o país que se organizaram numa greve laboral, estudantil, aos cuidados e ao trabalho doméstico, culminando em mais de 30 mil pessoas nas ruas, por todo o país, mostrando a verdadeira força do feminismo e denunciando o que bloqueia uma verdadeira igualdade, como é, por exemplo, a disparidade salarial discriminatória entre homens e mulheres que tem de deixar de existir.

As lutas não se esgotam nas vitórias que vamos tendo e, por isso a próxima CNJ deverá ler o momento em que é eleita e preparar-se para os desafios futuros que tantas mutações sofrem em poucos anos, apesar da sua continuidade geral no tempo. Desde logo, a ascensão da extrema direita em Portugal que ameaça direitos conquistados e que não se trava sem a força de argumentos e programas sólidos, bem como dos

nossos e das nossas ativistas, nas ruas. No ensino muito ficou ainda por cumprir. A revisão profunda do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior, um ensino democrático e inclusivo e o fim definitivo da propina são ainda objetivos fulcrais para jovens do Bloco de Esquerda.

São também ainda milhares os e as jovens em situação precária, muitas vezes por via das empresas de trabalho temporário, outsourcing, etc, que captam parte do salário de quem trabalha e ganha miseravelmente. São empresas de alugar pessoas que lhes negam direitos laborais. A falta de emprego de qualidade, a crise na habitação, entre outros, dificultam uma vida autónoma a milhares de jovens e a CNJ tem de fazer desta luta uma das suas principais bandeiras. Não podemos esperar pelo início das nossas vidas.

O Bloco de Esquerda fez 20 anos e, nestes anos, o cenário político institucional em Portugal mudou radicalmente, mas muitas das lutas que travamos são infelizmente bem mais antigas que isso e a política nas ruas continua a ser a nossa política. Os jovens e as jovens deste partido sempre fizeram parte integral e equitativa na construção e desenvolvimento do mesmo. Não somos uma jota e não deixamos nenhuma luta para trás. Continuaremos nas ruas, nos nossos locais de trabalho e na nossas faculdades a lutar e a construir esse mundo melhor que almejamos, ao lado de quem luta pelo mesmo. É bem-vindo quem vier por bem.

45 ANOS DE REVOLUÇÃO

Leonor Rosas

A 25 de Abril de 1974 terminaram 48 anos de ditadura fascista. No entanto, o 25 de Abril não foi somente um dia ou o derrube de um regime. Foi um processo longo e, acima de tudo, um projeto de transformação que queria abrir caminho a uma sociedade socialista. Celebrar o aniversário do 25 de Abril deve ser também a celebração das conquistas sociais que este trouxe. Tanto aquelas que foram destruídas pelas políticas neoliberais como aquelas que ainda hoje moldam o nosso Estado Social. Além disso, o aniversário desta data deve também trazer uma reflexão acerca do que foi o Processo Revolucionário em Curso (PREC) e do que este representa.

Durante o período do PREC, assistimos à coletivização dos grandes latifúndios alentejanos (tirando-os das mãos das grandes famílias que haviam explorado os trabalhadores durante séculos), à nacionalização da banca e dos setores chave da economia e a uma espantosa melhoria das condições de vida da população. Os salários subiram, a educação e a saúde chegaram a todos e encetou-se a criação de um verdadeiro Estado Social.

Contudo, este período de esperança e de construção de uma sociedade igualitária chegará ao fim em 1975 e será definitivamente enterrado com o

avanço das políticas neoliberais das décadas de 80 e 90, materializadas por Cavaco Silva, António Guterres e Durão Barroso. Durante estes anos, as nacionalizações e coletivizações são revertidas, iniciando-se o processo de reentrada dos privados nos setores chave da economia portuguesa. As grandes famílias que detinham monopólios durante o Estado Novo regressam e recuperam o que haviam perdido com a revolução. A agenda neoliberal, desde aí, tem trazido a precarização do trabalho, a privatização da Educação e da Saúde e, sob a falsa ideia de que os privados gerem melhor que o Estado, sucessivas ruínas financeiras de empresas e bancos privados que o Estado tem coberto. Apesar disso, celebramos e defendemos ainda o nosso Serviço Nacional de Saúde, a nossa Escola Pública, a Segurança Social e tantas outras conquistas que Abril trouxe e que as políticas neoliberais não conseguiram destruir.

Em cada aniversário da Revolução celebramos a liberdade, o fim do fascismo e da censura, o fim da guerra colonial, o começo da emancipação da mulher. No entanto, o 25 de Abril é ainda um projeto inacabado, um processo que nos cabe completar. Após várias décadas de governos de direita e de um avanço das privatizações, torna-se cada vez mais urgente não só lutar pelos direitos que Abril conquistou, mas também aprofundá-los. Por exemplo, não queremos só o fim da propina e do regime fundacional, queremos um aprofundamento da democracia no Ensino Superior e que este seja um espaço verdadeiramente livre de todas as opressões. É este o legado de 45 anos de Revolução: a ideia de que a luta por uma sociedade melhor não é um fim mas sim um caminho a percorrer.

Finalmente, os 45 anos de 25 de Abril encontram-nos num momento em que a própria história se tornou um campo de batalha. É imperativo reforçar a memória de que o fascismo foi a pobreza, o analfabetismo, a guerra, a censura e a opressão. Não podemos tolerar que se levantem vozes a pedir um regresso a este período sombrio. A disputa pela memória histórica é urgente e fundamental para que a extrema-direita que assombra já tantos países na Europa não ganhe terreno em Portugal enquanto que o 25 de Abril se esbate com o tempo. Hoje, mais do que nunca, é preciso persistir e lutar, gritando: 25 de Abril sempre, fascismo nunca mais!



COOPERATIVAS DE HABITAÇÃO ESTUDANTIL

Fernando Pimenta

Adesão voluntária e livre, gestão democrática, participação económica pelos membros, autonomia e independência, educação, formação e informação, intercooperação e interesse pela comunidade são os princípios do cooperativismo globalmente. Tal como nos diz António Sérgio, “que seja possível viver em socialismo um indivíduo que o queira, apesar de não serem socialistas o País e o Estado de que esse indivíduo é cidadão.”¹

É importante sublinhar que em 2018 as residências universitárias ofereciam alojamento a apenas 12% dos estudantes deslocados² e que, apesar de o valor das rendas no mercado de arrendamento ser sempre tão ascendente e a precariedade habitacional tão miserável quão especulativa é a selva dos negócios de arrendamento urbano – especialmente desde a aplicação do Novo Regime de Arrendamento Urbano –, tampouco as residências universitárias, tal como são e funcionam na sua generalidade, constituem um modelo sequer próximo do ideal de habitação.³

Diogo Rodrigues oferece uma ótima reflexão sobre a pertinência da habitação cooperativa, apresentando dois casos de estudo: as repúblicas estudantis em Portugal e as Student’s Coop-Houses no Reino Unido.⁴ No que toca ao caso português, apesar de não serem formalmente cooperativas, devido à possibilidade de funcionamento horizontal e auto-organizado pelos próprios estudantes, as repúblicas constituem uma interessante base de pensamento e acção sobre o cooperativismo estudantil.

Parecem existir duas cooperativas de habitação estudantil em Portugal: a Cooperativa de Habitação dos Estudantes da Universidade de Coimbra e a República dos LY.SOS no Porto. Em ambos os casos, as casas são detidas pelas próprias cooperativas, garantindo não apenas o controlo das rendas pelos próprios estudantes e repartição das despesas, mas também a permanência e resistência da habitação, possibilitando a participação nos tecidos sociais e culturais da cidade.

O caso britânico oferece porém um vislumbre de um tecido cooperativo estudantil já estruturado – disso é exemplo a Students for Cooperation⁵, estrutura nacional que reúne um já bem enriquecido tecido cooperativo em diversas vertentes, sejam habitação, transportes ou alimentação.

Os três projectos de lei para a Lei de Bases da Habitação⁶ prevêem a possibilidade de participação

das cooperativas de habitação na definição das políticas públicas de habitação, e formas de apoio ao desenvolvimento das cooperativas – com especial foco na cedência de terrenos para construção ou reabilitação e benefícios fiscais. No entanto, parece importante a assunção do particular papel que, além das autarquias, deverão ter as próprias Instituições de Ensino e os Serviços de Acção Social na adopção de políticas de fomento do cooperativismo – nomeadamente através da cedência de terrenos, apoio financeiro, e parceria com as cooperativas estudantis para aplicação de programas de acção social.



¹ António Sérgio (1958-1960), O cooperativismo: objectivos e modalidades, Lisboa, s.ed.

² *Só há camas nas residências para 12% dos estudantes deslocados*, artigo de Clara Viana, publicado a 17 de Maio de 2017 in Público

³ Artigo da minha autoria, *A Luta Estudantil pelo Direito à Habitação*, íntegro no site do Colectivo Ponto Parágrafo.

⁴ Vide Diogo Rodrigues, *Cooperativas de Habitação Estudantil*, no site do Colectivo Ponto Parágrafo.

⁵ Recomendo a exploração do seu site, extraordinariamente esclarecedor em <https://www.students.coop/>.

⁶ Projectos de lei 843/XIII do PS, 1023/XIII do PCP e 1057/XIII do BE.



MENTES DÓCEIS: SAÚDE MENTAL E SUBALTERNIDADE

Ana Martins

A psiquiatria, tal como a medicina, é política, ideológica e neoliberal. É política, e consequentemente ideológica, porque implica uma relação de poder entre médico e paciente e porque a gestão dessa relação é feita com base na ideologia dominante. É neoliberal porque a ideologia dominante nas sociedades ocidentais é, passando o pleonismo, neoliberal.

Os cuidados de saúde são, em quase todas as sociedades, praticados por um fragmento da população mais ou menos especializado, que permite que um grupo grande tenha acesso a cuidados “especializados” sem ter de se especializar. A relação que se estabelece entre curador e paciente não é, por isso, uma relação de igual para igual, porque o doente depende de conhecimentos e técnicas que não possui, e exige dele um determinado grau de confiança no curador, porque precisa de colaborar no processo de cura.

Interligado com o poder, o conhecimento (incluindo, mas não só, o conhecimento médico) tem um papel coercivo, no sentido em que permite a produção de categorias e técnicas que regulam e controlam os comportamentos humanos, que vão desde a educação, regulação e controlo do corpo à crescente intervenção médica nos mais diferentes âmbitos da vida social (a sexualidade, a delinquência, o regime urbanístico, etc.) e à comercialização e visão da saúde como consumo, o que dificulta o seu acesso por parte dos grupos com menores capacidades económicas. A análise de Foucault do papel da medicina e da psiquiatria na produção de novas formas de poder e conhecimento sobre os corpos é ilustrativa disso: a proliferação de categorias de doenças e rótulos, que estreitam cada vez mais a definição do que é “normal,” criou uma maioria doente e desviante. O discurso médico centra-se numa perspetiva de responsabilização individual em que cabe ao indivíduo, com ajuda dos serviços de saúde, reinserir-

se na normalidade, sem resolver a dimensão estrutural do seu problema.

A imagem mental que temos das doenças condiciona a forma como as tratamos e (auto)diagnosticamos. Se é verdade que há mais homens diagnosticados com perturbações do espectro autista, transtorno de personalidade antissocial ou défice de atenção e mais mulheres diagnosticadas com depressão, ansiedade e queixas somáticas, também se tem vindo a concluir que muitas mulheres com transtornos “tipicamente masculinos” só são diagnosticadas na idade adulta por os seus sintomas não se enquadrarem no quadro sintomatológico “normal” e que muitos homens sofrem de depressão em silêncio (uma das razões pelas quais as taxas de suicídio são maiores em homens do que em mulheres).

De um modo geral, as mulheres são prejudicadas no acesso a diagnósticos por uma socialização mais precoce e mais eficaz. São educadas desde cedo para não causar problemas e para disfarçar erros e confusões. Procuram manter um desempenho escolar mais satisfatório, o que dificulta o diagnóstico de doenças cujos principais sintomas são o insucesso escolar (défice de atenção e outros distúrbios de aprendizagem) e, devido à socialização mais intensa, têm uma maior capacidade de interiorizar aquilo que é esperado delas e de ler sinais sociais, o que dificulta o diagnóstico de doenças cujos principais sintomas são falhas na sociabilidade.

Por partir desta imagem mental, a psiquiatria desenha um quadro de diagnóstico que muitas vezes conduz a atrasos e enganos no diagnóstico nas pessoas que não se encaixam nele. Não é apenas no género que isto se verifica: a imagem que criamos é cultural e socialmente construída. Muitas populações migrantes encontram uma barreira não só linguística mas de interpretação e identificação da doença. A noção de conversar com os antepassados mortos pode ser para uma cultura tão óbvia que não precisa de explicações adicionais e relevante no diagnóstico da doença, enquanto para um psiquiatra pode ser razão suficiente para prescrever antipsicóticos. São vários os fatores de risco para os transtornos mentais mais comuns (depressão e ansiedade) que afetam desproporcionalmente as pessoas em situações de subalternidade: a violência de género, o racismo institucional, as desigualdades socioeconómicas e salariais, o estatuto social mais baixo ou subordinado e, no caso das mulheres, a constante responsabilização pelo cuidado dos outros.

O processo de cura na medicina ocidental implica uma relação de poder da qual as principais vítimas são as pessoas em situações de subalternidade. Se não pensar criticamente esta relação e o seu papel na “normalização,” controlo e regulação dos corpos e mentes, a psiquiatria aceita ser cúmplice do sistema que produz essa subalternidade.



ESTE PAÍS (AINDA) NÃO É PARA NEGROS

Catarina Ramalho

José Mário Branco escreve o verso “se eu fosse um preto chamado Zé Mário, eu não era quem eu sou”, parte da sua canção Canto dos Torna-Viagem. Portugal dá-lhe razão.

2004. José Carlos Vicente, 16 anos, morre no Hospital Professor Doutor Fernando Fonseca após ter sido detido e levado para a esquadra da Reboleira, onde é vítima de agressões que, como denunciado pela família, resultam na sua morte.

2009. Elson Sanches, 14 anos, morre no Hospital São Francisco Xavier, após ter sido baleado na cabeça por um agente da polícia.

2015. Bruno Lopes é detido pela PSP da esquadra de Alfragide e, no seguimento, seis jovens dirigem-se ao estabelecimento. Foi este o início do caso dos 17 agentes em julgamento acusados de racismo, sequestro e tortura. Contudo, o Ministério Público, a 12 de Fevereiro do presente ano, deixa cair as acusações por falta de gravidade dos acontecimentos e considerando apenas provados os crimes de ofensa à integridade física, praticados por 10 agentes.

2019. Jovens negros manifestam-se na Avenida da Liberdade como reacção a um episódio de violência policial no Bairro da Jamaica. A polícia dispersa a manifestação com o uso inédito de balas de borracha.

Ilusoriamente isolados, os eventos descritos estabelecem-se enquanto sintomas de um problema estrutural maior, o do racismo e exclusão institucionalizados. O Estado português atribui uma cidadania castrada e heterogénea, que não reconhece de igual forma as e os cidadãos, nem permite a participação política real e directa à população negra, cuja representação se reduz a uma procura atribuída pela história branca aos brancos. Se à sociedade portuguesa déssemos um corpo, o branco seria a cabeça, o negro seria o braço que serve. Redefinem-se, com o fim do império colonial, os moldes de exploração, contudo, preserva-se a equação quinhentista do branco como usufruidor da mais-valia do trabalho do negro.

Quis ilustrar a categorização cultural do negro como o outro. Tirei, da estante de livros da escola da minha irmã mais nova, o manual de História e Geografia de

Portugal, da Texto, e encontrei a seguinte afirmação referente à presença portuguesa em África: “O principal objetivo dos portugueses era comerciar com estes povos, pois o continente africano possuía produtos muito apreciados, como o ouro, o marfim (dentes de elefante), a malagueta (utilizada na comida) e ainda os escravos.”. Identifico uma agravante - a mercantilização e redução desse outro, “descoberto”, a uma carga comercial, a um corpo com preço e passível de ser explorado - a relativização da escravatura.

O Estado português atribui uma cidadania castrada e heterogénea, que não reconhece de igual forma as e os cidadãos

Um colega de turma da minha irmã, negro, julgar-se-á semelhante ao produto, ao escravizado, ao oprimido. Um colega de turma da minha irmã, branco, reproduzirá a narrativa legitimada por um modelo de ensino que, à semelhança das instituições portuguesas, nega qualquer exercício crítico de análise ao período colonial. Trata-se da narrativa da negação da guetização com muros invisíveis, mas altos; do primitivo; da morte do branco no mato africano, aquando de um passado em que ser-se branco, em África, era ser-se patrão, ser-se acima do negro, e de uma Guerra Colonial, cuja causa residiu na negação da autodeterminação às colónias por Portugal.

Portugal, um país sem capacidade de olhar para si, de fazer as pazes consigo e com os outros. Na edição que celebra Abril, é responsável lembrar a revolução que Abril não fez.

O NEVOEIRO IMPREVISÍVEL DO BREXIT

Francisco Pascoal

No dia 23 de Junho de 2016, 30 milhões de pessoas no Reino Unido votaram para permanecer ou deixar a União Europeia (UE). 52% votaram a favor da saída. Assim começou o famoso Brexit – o processo de saída da UE.

A saída, no entanto, não foi imediata. Primeiro, o Governo do Reino Unido teve de ativar o Artigo 50 do Tratado de Lisboa, ou seja, declarar à UE a intenção de saída. A 29 de Março de 2017 começou o período de negociações dos termos de saída entre o Reino Unido e a UE.

Este período de negociações tem um prazo de dois anos e serve para facilitar o processo de saída para ambas as partes, definindo o futuro das relações entre o Reino Unido e a União Europeia através de um acordo.

Esse acordo foi debatido entre o Governo do Reino Unido e a União Europeia nos últimos dois anos. Contudo, tem de ser aceite pela Câmara de Representantes do parlamento britânico.

O acordo proposto pela Primeira Ministra Theresa May tem sido polémico e problemático. A votação estava prevista para dia 11 de Dezembro de 2018, mas sem o apoio parlamentar necessário para a sua aprovação, May decidiu adiar a discussão Janeiro de 2019 e, ainda assim, a proposta foi largamente rejeitada e uma das maiores derrotas de sempre naquele parlamento.

Esta derrota histórica revelou o quão fraturante se tornou o tema e a complexidade associada a um acordo que satisfaça ambas as partes e a vontade popular expressa em referendo. Este impasse desmascara um referendo simplista e vazio de propostas.

A Marisa Matias comentou, pouco antes de um mês do dia marcado para o Brexit (29 de Março de 2019), que se trata de um “processo que se arrasta há dois anos e em que também não se vê um desfecho clarificador”.

Um dos maiores problemas por resolver será, certamente, a fronteira entre a Irlanda e a Irlanda do Norte, mas seja na fronteira, seja nas políticas de mercado ou em matéria de direitos sociais no Reino Unido e na UE, o resultado final é imprevisível.

Há quem argumente que o resultado não será tão negativo como muitas previsões sugerem; há quem argumente que este processo arrastado está a servir para intimidar outros Estados que pensem abandonar a UE; há quem argumente a favor de um Brexit sem acordo; há quem argumente a favor de novas eleições no Reino Unido e do adiamento do processo das negociações; há uma pluralidade de argumentos em diversas direções. A nós resta esperar para ver e ficamos a saber que não basta expressar-se a vontade de sair da UE. Havendo essa vontade, é necessário um plano estratégico de saída sólido para que não se caia neste enrolar de indecisão e incerteza, sem resultados claros à vista.



“LA OTRA MIRADA”

Crítica por Mafalda Escada

Emitida pela RTP2, sob o título de “Uma Visão Diferente”, esta não é apenas mais uma série de época, ou uma série aparentemente feminista por ter um elenco maioritariamente feminino.

Passada em Sevilha, nos anos 20, conta-nos a história de um colégio feminino em transformação. Teresa, uma mulher que fuma e que veste calças, é contratada como professora de Arte e Literatura pela nova diretora do colégio (Manuela), cargo que herda da sua mãe. Presumimos que será Teresa a chocar o colégio feminino da Sevilha conservadora dos anos 20, mas, pouco a pouco, todas as personagens contribuem para uma série que, apesar de temporalmente localizada, levanta questões que ainda hoje são tabu, nomeadamente no sistema de ensino português.

Em cada episódio, “La Otra Mirada” encerra em si um paralelo entre a luta feminista e pela igualdade nos anos 20, e as questões concretas que os marcaram, e a atualidade para a qual somos transportadas por exercício próprio de comparação. Levanta e cruza questões que integram inevitavelmente a luta pela igualdade e o combate ao conservadorismo.

Com vontade de mudar o colégio, mas receosa da oposição das professoras mais velhas, Manuela organiza um ato eleitoral que legitime a sua posição de diretora. De repente, estamos a discutir não só o direito ao voto para as mulheres, mas a democratização do colégio, sendo que algumas alunas exigem votar. “Nada é concedido, mas conseguido”, parafraseando Manuela, as alunas elegem, em pé de igualdade com o corpo docente, a diretora. Onde encontramos esta democracia, hoje, na escola portuguesa?

O semi-enclausuramento das alunas provoca um ritual diário de observação da passagem de três rapazes, filhos de um grande industrial, que tudo podem. A curiosidade destas raparigas face ao sexo masculino, bem como a interiorização da submissão que lhes é devida, leva Teresa a incluir aulas de Educação Sexual no colégio. Tal como hoje, essa educação sexual, da qual a conservadora professora de ciências é incumbida, é uma educação anatómica, biológica e heteronormativa. Levanta-se a mão de uma aluna que pergunta “onde fica o orgasmo?”. Esta pergunta culmina numa aula de Educação Sexual dada por Teresa que começa por mostrar “A Origem do Mundo”, quadro pintado por Courbet em 1866. O choque pela

imagem de uma vulva ilustra o desconhecimento das alunas relativamente ao seu próprio corpo e capacidade de sentir prazer. Num piscar de olhos estamos, nos anos 20, a falar da mulher sexualmente livre, capaz de dar consentimento, a desconstruir preconceitos e a combater a estigmatização.

Cada episódio surpreende-nos com o nosso próprio preconceito. Pelo aspeto de Teresa, liberta do vestuário dito feminino, questionamos a sua heterossexualidade. Mas é uma professora de Etiqueta e Protocolo, “bem arranjada”, amiga da ordem, mas curiosa quanto à mudança, casada e com cinco filhos, que introduz, na série, a questão LGBTI+. A contradição entre a vida “decente” e organizada e a vontade de descobrir quem é, prova-nos que a felicidade não reside no respeito à norma.

Teresa é certamente a personagem impulsionadora da mudança, mas a tomada de consciência da opressão por parte das alunas e das professoras resulta no esbater da hierarquia entre todas e no semear de uma relação entre iguais, alimentada pela solidariedade.

Em “La Otra Mirada”, o colégio questiona as figuras de autoridade, o papel social da mulher, a sua libertação sexual, o combate ao conservadorismo. Une alunas e professoras que, uma vez conscientes da sua condição, analisam criticamente as suas vidas e o que as rodeia, ajudando-se mutuamente e abandonando o apontar de dedos entre elas. Acima de tudo, a série impele-nos a olhar à volta e a questionar se a realidade mudou tanto assim e se não está ainda quase tudo por fazer.



BREVES

Grevistas nos terço!

Trinta mil mulheres estiveram presentes nas manifestações do dia 8 de março e fizeram parte das ações que marcaram, em Portugal, a Greve Feminista Internacional. Depois do dia decretado Luto Nacional pelas vítimas de violência doméstica, a multidão encheu a rua e gritou as suas reivindicações no campo laboral, doméstico, no consumo e no ensino, não esquecendo ainda a indignação em torno do juiz Neto de Moura, a vergonhosa personagem que protagoniza o machismo institucionalizado e plenamente consagrado no exercício da justiça. Queremos justiça, e não a de Neto de Moura!



Uma dose de fascismo e meia de purpurina

Os protestos em torno do evento que teve como Jean Wyllys convidado, no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, encabeçados pelo Partido Nacional Renovador, foram abafados pela ação de duas centenas de ativistas de esquerda e anti-fascistas que se uniram em defesa do ex-deputado brasileiro, tendo como desenlace confrontos em frente à Universidade. Em Lisboa, a fila de centenas de pessoas que se formou à entrada da Casa do Alentejo, onde não cabia já ninguém para ouvir Jean Wyllys, acabou por se transformar em contra-manifestação a alguns membros de extrema-direita. A solidariedade oferecida a Wyllys enviou uma mensagem clara e distinta à extrema-direita que tão bem ficou decorada a purpurina: não passarão!

20 anos de Bloco!

O Bloco de Esquerda surge da consciencialização que as esquerdas divididas as tornavam mais fracas, inconsequentes e desmobilizadoras. Foi com a derrota no referendo para a despenalização da interrupção voluntária da gravidez que se tornou claro que as diferenças que nos separam não podiam alimentar o sectarismo que nos acorrenta e nos faz esquecer do objetivo em alcançar uma sociedade mais justa, igualitária, sustentável, libertadora. Foram muitas as batalhas que travámos: contra a violência de género, pelo clima, pelas liberdades individuais no consumo de drogas, autodeterminação de género, casamento e adopção por casais do mesmo sexo, nos direitos dxs trabalhadorxs, na saúde e na educação. Volvidos 20 anos é nossa responsabilidade relembrar porque nos juntámos, o que queremos alcançar e recomeçar de novo, quando ainda há tanto por fazer.



AGENDA

21 Mar Leituras Erráticas: “Novas Cartas Portuguesas”

Lisboa, sede nacional do Bloco de Esquerda
Rua da Palma 268 - 21h

22 Mar Descolonizar os museus: isto na prática?.

Lisboa, ICS - Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa
Av. Professor Aníbal de Bettencourt, 9 - 10h

1ª Marcha Lgbti+ Aveiro - Sessão Pública e Festa

Aveiro, Avenida Café-Concerto
Praça do Mercado, n.º 1 - 21h

19, 26 Mar, 1 e 6 Abr Opressão e Resistência no Período do Estado Novo

Associação de Estudantes e Núcleo de História da FCSH-UNL
Lisboa, FCSH
Avenida de Berna, n.º 26 - 18h

13 e 14 Abr VII Conferência Nacional de Jovens do Bloco de Esquerda

Lisboa, Escola Secundária Gil Vicente

ADERE AO BLOCO

Este formulário é uma pré-adesão ao Bloco de Esquerda. Depois de o preencher, serás contactado/a para formalizar a adesão e o pagamento da quota anual (Valor mínimo: 15 euros). Entrega este formulário preenchido numa sede do Bloco.

Nome: _____

Morada: _____

E-mail: _____

Código Postal: _____

Localidade: _____

Telefone / Telemóvel: _____

Data de Nascimento: (dd/mm/aaaa): _____

Emprego / Actividade: _____

País: _____

Ficha Técnica

Equipa Editorial: Beatriz Simões, Catarina Agreira, Catarina Alves, Catarina Figueiredo, Francisco Pascoal, Inês Ribeiro Santos, Mafalda Escada, Pedro Loução.

Sede Nacional do Bloco: Rua da Palma, 268, Lisboa | esquerda.net | [Facebook.com/jovensBE](https://www.facebook.com/jovensBE)



VII CONFERÊNCIA
NACIONAL

DE JOVENS DO BLOCO DE ESQUERDA

ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA

GIL VICENTE

13 > 14 ABRIL

LISBOA



Bloco
de Esquerda